

**Este documento faz parte do acervo do
Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



O Mobral pretende melhorar o nível de seus professores

LUIZ CARLOS CAVERSAN
Editor de Educação e Ciência da Folha

O Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização —criado em 1970 para acabar com o analfabetismo no País em dez anos, como então se anunciou— mantém hoje 120 mil professores, que a partir do próximo mês estarão ganhando Cr\$ 3.600 pela hora-aula. Destes 120 mil, a metade sequer tem o primeiro grau completo, ou seja, são apenas semi-alfabetizados. A baixa qualidade na formação de seus quadros é apontada por Vicente Paulo Barretto, 46, presidente do Mobral desde abril deste ano, como o principal responsável pelo fracasso da atuação do órgão nestes quinze anos de existência. “Além destes 50% de educadores sem o primeiro grau, 23% têm apenas as quatro primeiras séries do primeiro grau (correspondente ao antigo primário), 16,6% terminaram o primeiro grau, 13,5% têm o segundo grau incompleto, 9% completaram o segundo grau e 10% têm curso superior”.

Um complemento dos dados apresentados por Barretto que impressiona um pouco mais: daqueles cerca de sessenta mil professores semi-alfabetizados do Mobral, 40% (perto de 24 mil) também lecionam na rede oficial de ensino, ampliando, assim, o processo de alfabetização deficiente a um espectro ainda mais amplo. “Além dos cerca de 26 milhões de analfabetos do País, temos ainda um número difícil de quantificar dos chamados analfabetos funcionais, que são aqueles que passaram pelo Mobral ou pelas escolas da rede oficial e simplesmente não foram alfabetizados. No máximo aprenderam a desenhar o nome ou a ler sem compreender o significado das palavras”, diz Barretto.

Horta e artesanato

Carioca de formação acadêmica —é professor de Filosofia do Direito na Universidade Cândido Mendes, do Rio, e até há pouco editorialista do “Jornal do Brasil”— Vicente Barretto assumiu a presidência do Mobral a convite do ministro Marco Maciel. E desde logo constatou a desvinculação do órgão da política nacional de educação. “O Mobral dedicava-se a funções diversas como ensinar a fazer horta, artesanato, cuidados

com higiene e saúde, muito mais do que dar aulas para quem quisesse aprender a ler e escrever efetivamente. Isso se dava principalmente por causa da exigência concreta da comunidade: os problemas sociais foram ignorados durante anos e o educador do Mobral acabava sendo o único representante do governo federal nas áreas mais carentes do País. Isso se deu também devido a uma interpretação muito abrangente da ideia de envolver o alfabetizando, numa perspectiva de ação social que evidentemente sacrificava a ação educativa”.

Paralelamente a este desvirtuamento, em todos os seus quinze anos de existência o Mobral se pautou por uma proposta pedagógica que identificava alfabetização com a capacidade de assinar o nome. “Isso tem tudo a ver com o poder político, o saber assinar o nome para poder votar”, afirma Barretto. De fato, não havia a participação da comunidade no processo de alfabetização e nem um referencial cultural específico para cada uma delas. A cartilha de aprendizado sempre foi nacional. Um boiadeiro do sertão nordestino tinha que aprender a letra P identificando-a com a palavra pera, uma fruta que certamente ele nunca tinha visto na vida.

“Extinguir não é a solução”

Professores que no mais das vezes mal sabem para si, apesar da “garra” e dedicação a muitos que sabem menos ainda; sistema pedagógico falho e ultrapassado; números que durante muito tempo foram manipulados, uma vez que os professores ganhavam por aluno alfabetizado, o que incentivava o aumento das estatísticas. Com este perfil, o Mobral deveria simplesmente ser extinto? Esta tese, alimentada durante anos pelos opositores ao ineficiente sistema de alfabetização, é rechaçada com veemência por Barretto. “É claro que não se pode mais deixar o nível dos educadores no patamar em que se encontra. Nem manter o programa de alfabetização em oito meses, como sempre foi. Nesse período de tempo só é possível ensinar a escrever o nome e poucas outras palavras. E o pior é que, ao final deste período, todos os alunos recebiam o diploma de frequência,

como se estivessem perfeitamente aptos. Mas acabar com o Mobral significaria tirar de milhões de brasileiros que nunca terão acesso à escola o direito de aprenderem a ler e escrever”. Como mudar este quadro? “Primeiro acabando com o prazo de duração da alfabetização, que não faz sentido. Segundo, e muito mais importante, investir no aperfeiçoamento do quadro docente, principalmente através de cursos de reciclagem. Pretendemos também atrair um grande aliado em potencial, que é o estudante universitário. Uma das fórmulas de tornar este estudante um educador do Mobral seria conceder a ele crédito educativo especial como retribuição ao seu trabalho. Fiz esta proposta ao presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, e ele a está estudando.

Mas para tentar mudar efetivamente o quadro de resultados negativos do Mobral Barretto tem uma “arma” a que ele se refere com especial carinho. Trata-se do educador Paulo Freire, responsável por um método educacional que incomodou tanto os militares brasileiros que estavam no poder durante o regime anterior que seu autor teve que deixar o País. O que para ele significou o reconhecimento internacional de seu método, cuja aplicação mais recente ocorreu na Nicarágua sandinista. “Temos uma aproximação não profissional com o Paulo Freire”, diz Barretto. “Ele não trabalha para nós, apenas participa das discussões que estamos travando atualmente, em torno da aplicação de seu método”. Estas discussões, aliás, já foram captadas pelas correntes mais conservadoras, chegando inclusive ao Vaticano. Ao receber uma comitiva de bispos brasileiros no mês passado, o papa João Paulo 2º discorreu sobre os perigos da ideologização do ensino, principalmente nas áreas mais carentes do Nordeste brasileiro. Para Barretto, este medo da instrumentalização ideológica do ensino é um fantasma dos tempos em que Paulo Freire foi expulso do País. “Seu método pedagógico apenas incorpora o cotidiano das pessoas na alfabetização. Evidentemente, o processo de alfabetização será sempre ideológico, na medida em que se amplia o horizonte da camada mais desprivilegiada da sociedade. Anal-

fabetismo é miséria. Por que só o pobre e o filho do pobre são analfabetos?”.

A proposta didática de Freire que o Mobral pretende incorporar rompe com o formalismo da escola regular, pecado que, segundo Barretto, a instituição sempre cometeu —“o Mobral se tornou uma escola paralela, duplicando esforços e sem eficiência”. Além disso, vai procurar dar subsídios para que o alfabetizado se integre na sociedade, que exige dele e o oprime por causa da sua ignorância. “Por que você acha que tão poucos analfabetos procuraram tirar título de eleitor, agora que o voto lhes foi permitido? Porque eles têm consciência da sua condição e se envergonham dela; procuram esconder suas limitações.”

Esforços conjugados

Não se pense que a condição de país com muitos analfabetos seja um defeito de nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (veja texto acima). Os países mais desenvolvidos também enfrentam o problema e unem esforços para isso. “Nos Estados Unidos, além do “Adult Basic Education Program”, o oficial Programa de Educação Básica para Adultos, que tem verba anual de cinco bilhões de dólares (°cerca de Cr\$ 50 trilhões, soma fantástica se comparada ao orçamento do Mobral para 86, que deverá ser de Cr\$ 560 bilhões°), o Estado Maior das Forças Armadas também combate o analfabetismo em seus quadros. E a Associação Nacional de Editores de Livros, Jornais e Revistas tem um programa próprio, em defesa de seus interesses, mas que se insere numa perspectiva nacional. Isso que deve ocorrer: não é com campanhas e movimentos que se extingue o analfabetismo, não é com publicidade, mas sim com propostas sérias e concretas.”

Ao contrário de seus antecessores, porém, Vicente Barretto se recusa a afirmar que vai acabar com o analfabetismo no Brasil. Ficará satisfeito, diz, se conseguir diminuir o processo de analfabetização. “O mais importante não é a meta, mas a qualificação do processo de educação, que não é mensurável. Antes um cidadão efetivamente alfabetizado do que vários analfabetos funcionais.”